



H. Romão
despacho 804

Município de Lagoa – Algarve
Câmara Municipal

Ata n.º 1 da reunião do Júri para fixação de métodos de seleção ao procedimento concursal comum para ocupação de 1 (um) posto de trabalho – Carreira/Categoria de Assistente Operacional – Área Funcional Auxiliar de Serviços Gerais – Unidade Orgânica Litoral e Orla Costeira - Ref.º 30/2023

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte e três, na Câmara Municipal de Lagoa – Algarve, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniram-se: José Fernando Rodrigues Vieira, na qualidade de Presidente do Júri, Helder Luís Sintra Romão, na qualidade de Primeiro Vogal Efetivo e Marcelino José Gonçalves Fernandes, na qualidade de Segundo Vogal Efetivo, os quais constituem o Júri do procedimento concursal supra identificado, conforme Despacho n.º 188/DRH/2023, a fim de estabelecerem os métodos de seleção, fixar os parâmetros de avaliação e selecionar os temas a abordar, nos termos e para os efeitos do n.º 2 do art.º 9.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro.

Funções inerentes ao posto de trabalho: Exercício de funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, de grau de complexidade variável, emanadas dos dirigentes e chefias; presta apoio operacional e administrativo aos procedimentos necessários para garantir o normal funcionamento do serviço, assim como executa tarefas de atendimento presencial e telefónico entre os diversos setores, entidades externas e munícipes, encaminhando as mensagens à chefia; Executa tarefas de apoio elementares indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico; Responsável pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos conforme Despacho n.º 188/DRH/2023 de 07 de novembro de 2023.

Nível habilitacional exigido: Escolaridade mínima obrigatória (aferida em função da data de nascimento) ou curso IHE seja equiparado, a que corresponde o grau de complexidade de acordo com o previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 34º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, sem possibilidade de substituição do nível habilitacional por experiência profissional ou área de atividade.

A reunião teve por objetivo a definição dos parâmetros de avaliação, das ponderações em cada método, grelhas e as respetivas fórmulas de classificação.

Assim, considerando que:

Nos termos do n.º 1 do art.º 17º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, conjugado com o artigo 36º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – LTFP, os métodos de seleção obrigatórios são: Prova de Conhecimentos ou Avaliação Curricular e Avaliação Psicológica ou Entrevista de Avaliação de Competências, complementados pelo método de seleção facultativo - Exame médico - que visa avaliar as



Município de Lagoa – Algarve
Câmara Municipal

H. Rom. 2
Diário Ser

condições de saúde física e psíquica dos candidatos exigidas para o exercício da função.-----

- A) Avaliação Curricular e Entrevista de Avaliação de Competências — para os candidatos que estejam a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadoras do posto de trabalho em causa, bem como no recrutamento de candidatos em situação de requalificação, que, imediatamente antes, tenha desempenhado aquela atribuição, competência ou atividade, conforme o disposto nas alíneas a) e b) do n.º 2 do art.º 36.º da LTFP. -----
- B) Prova de Conhecimentos e Avaliação Psicológica — para os restantes candidatos. -----

Nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 36.º da LTFP, os candidatos identificados em A) podem optar, mediante declaração escrita, pela realização da Prova de Conhecimentos em substituição da Avaliação Curricular. -----

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do art.º 21.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, cada um dos métodos de seleção, bem como cada uma das fases que comporem, é eliminatório pela ordem enunciada na Lei, quanto aos obrigatórios, e pela ordem constante na publicitação, quanto aos facultativos. Serão excluídos os candidatos que não compareçam a qualquer um dos métodos de seleção, bem como os que obtenham uma valoração inferior a 9,50 valores num dos métodos ou fases e ainda os que tenham obtido um juízo de Não Apto num dos métodos de seleção ou numa das suas fases. -----

O júri deliberou, por unanimidade, relativamente aos métodos de seleção, o seguinte: -----

Primeiro - Prova de Conhecimentos: -----

Visa avaliar os conhecimentos académicos e, ou, profissionais e a capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas no exercício de determinada função, bem como o adequado conhecimento e utilização da língua portuguesa. -----

1. A prova de conhecimentos reveste a forma oral, de realização individual, com consulta, em suporte papel, sob anonimato, sendo valorada de acordo com a escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas; -----
2. Durante a realização da prova não será autorizada a utilização de telemóveis, computadores portáteis ou qualquer aparelho eletrónico computadorizado; -----
3. A prova será constituída por duas partes autónomas: conhecimentos transversais ao desempenho de funções na Administração Pública e conhecimentos técnicos inerentes às áreas de atuação, considerando o elenco de conhecimentos descritos no respetivo perfil de competências; -----
4. A duração da prova de conhecimentos será de 20 (vinte) minutos, podendo ser alargada, até ao limite de 40 (quarenta) minutos, para os candidatos com deficiência que solicitarem comprovadamente, -----



Município de Lagoa – Algarve
Câmara Municipal

Ramos
Machado

condições especiais para a sua realização. -----

5. Os candidatos devem ser convocados, pelas vias legalmente previstas, a apresentarem-se no local e respetiva prova, 20 minutos antes da hora agendada para o início da prova de conhecimentos, sendo concedida a tolerância de 5 minutos por atraso, após o respetivo início. -----

6. A desistência da realização da prova de conhecimentos pode ser manifestada pelos candidatos, a qualquer momento após o início da Prova. -----

7. Não é permitida a entrada de concorrentes, após o início da prova de conhecimentos. -----

8. Aprovar as seguintes temáticas: -----

- Código de Ética do Município de Lagoa;
- Regulamento do Funcionamento do Parque Municipal do Sítio das Fontes - Regulamento n.º 232/2021 de 15 de março e Declaração de Retificação n.º 272/2021 de 01 de abril. -----
- Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação (artigos 73º, 126º e 134º) -----

Segundo - Avaliação Curricular: -----

Visa analisar aferir os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, entre os quais a habilitação académica ou nível de qualificação, a formação profissional, a experiência profissional e a avaliação do desempenho. A avaliação curricular será expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas e resultará da média aritmética ponderada das classificações obtidas na avaliação dos seguintes parâmetros: -----

- Habilitações Académicas - HA; -----
- Formação Profissional - FP; -----
- Experiência Profissional - EP; -----
- Avaliação de Desempenho - AD. -----

De acordo com a seguinte fórmula. -----

$AC = (HA + FP + EP + AD) / 4$ -----

Em que: -----

- Habilitações Académicas (HA): -----

Será ponderada a habilitação académica de base até ao limite de 20 valores. -----

Habilitações Académicas	Valoração
Escolaridade Mínima Obrigatória -----	16 valores
Superior à Escolaridade Mínima Obrigatória-----	20 valores

• Formação Profissional (FP): A formação profissional visa aumentar a eficácia e a eficiência dos serviços através da melhoria da produtividade do capital humano, pelo que este fator integra obrigatoriamente o método de avaliação curricular. Tal significa que não se trata de qualquer formação, apenas se considera a formação profissional que respeite as áreas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas



Município de Lagoa – Algarve
Câmara Municipal

H. Ramo
M. Santos

com o posto de trabalho a preencher e obtidas nos últimos 5 anos. -----
Apenas são consideradas ações comprovadas por certificados ou diplomas que indiquem expressamente o número de horas ou de dias de duração da ação e a data de realização. Sempre que do respetivo certificado não conste o número de horas de duração da formação, considerar-se-á que cada dia de formação é equivalente a seis horas e cada semana a cinco dias. -----
Este parâmetro será avaliado até ao máximo de 20 valores, da seguinte forma:-----

FORMAÇÃO PROFISSIONAL	VALORAÇÃO
Participação em ações de formação relacionadas com o posto de trabalho, com duração total entre 0 a 35 horas -----	10 valores
Participação em ações de formação relacionadas com o posto de trabalho, com duração total entre 36 a 70 horas -----	12 valores
Participação em ações de formação relacionadas com o posto de trabalho, com duração total entre 71 a 80 horas -----	14 valores
Participação em ações de formação relacionadas com o posto de trabalho, com duração total entre 81 a 90 horas -----	16 valores
Participação em ações de formação relacionadas com o posto de trabalho, com duração total entre 91 a 100 horas -----	18 valores
Participação em ações de formação relacionadas com o posto de trabalho, com duração total superior a 101 horas -----	20 valores

Os valores não são cumulativos, pelo que no caso de presença de dois ou mais itens, atribuir-se-á o valor correspondente ao item mais elevado. -----

• Experiência Profissional (EP): Neste fator pretende-se determinar a qualificação dos candidatos para o posto de trabalho em causa, ou seja, o grau de adequação entre as funções/atividades já exercidas e as atividades caracterizadoras do posto de trabalho a preencher. Desta forma, será ponderado o exercício efetivo de funções, especificamente na área para a qual o procedimento concursal é aberto: -----

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	VALORAÇÃO
Sem experiência profissional ou = a 1 ano de experiência profissional -----	10 valores
Experiência > a 1 ano e até 3 anos -----	12 valores
Experiência > a 4 anos e até 5 anos -----	16 valores
Experiência > a 6 anos e até 10 anos -----	18 valores
Experiência > a 10 anos -----	20 valores

Apenas é considerada a experiência profissional desde que devidamente comprovada sob pena de não



Município de Lagoa – Algarve
Câmara Municipal

Romez
Muito Bom

ser considerada para efeitos de avaliação curricular. -----

- Avaliação do Desempenho (AD): Relativa aos três últimos anos/biénios, desde que tenha comprovadamente executado idênticas competências, na carreira e categoria correspondentes, às agora publicitadas, a valorar do seguinte modo: -----

AVALIAÇÃO DESEMPENHO	VALORAÇÃO
Excelente/Desempenho Excelente -----	20 valores
Muito Bom/Desempenho Relevante -----	15 valores
Bom/Desempenho Adequado -----	12 valores
Sem avaliação de desempenho por facto não imputável ao candidato -----	10 valores
Necessita Desenvolvimento/Desempenho Inadequado -----	0 valores
Com avaliação de desempenho pela execução de atividades ou competências que não sejam idênticas às do posto de trabalho a ocupar -----	0 valores

Terceiro - Avaliação Psicológica (AP): -----

Visa avaliar aptidões, características de personalidade e/ou competências comportamentais dos candidatos, tendo como referência o perfil de competências previamente definido, podendo comportar uma ou mais fases. Este método será composto pela aplicação de vários instrumentos/técnicas de avaliação psicológica. Por cada candidato submetido a avaliação psicológica será elaborado um relatório, contendo a indicação das aptidões e/ou competências avaliadas, nível atingido em cada uma delas e resultado final obtido. -----

A avaliação psicológica será valorada através das menções qualitativas de Apto e Não Apto. -----

Quarto - Entrevista de Avaliação de Competências (EAC): -----

Visa obter informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função. A aplicação deste método será baseada num guião de entrevista composto por um conjunto de questões diretamente relacionadas com o perfil de competências definido, associado a uma grelha de avaliação individual que traduz a presença ou ausência dos comportamentos em análise. A competência a avaliar conforme perfil de competências previamente definido e consideradas basilares para exercício da função, bem como a respetiva ponderação na nota final desta entrevista são as seguintes. -----

1. Realização e Orientação para resultados; -----
2. Conhecimentos e Experiência; -----
3. Organização e Método de Trabalho; -----
4. Adaptação e Melhoria contínua; -----
5. Responsabilidade e compromisso com o Serviço; -----



1º Bom
Maria Sus

Município de Lagoa – Algarve
Câmara Municipal

6. Orientação para a segurança. -----

A classificação resulta da aplicação dos seguintes níveis classificativos e respetiva classificação: Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores.-----

Nível Classificativo	Competências em que o comportamento associado esteve presente
20 – Elevado	Nas 6 competências
16 – Bom	Em 4 ou 5 competências
12 – Suficiente	Em 3 competências
8 – Reduzido	Em 2 competências
4 – Insuficiente	Em 0 ou 1 competência

Quinto: Método de Seleção Facultativo (MSF) - Exame médico - que visa avaliar as condições de saúde física e psíquica dos candidatos exigidas para o exercício das suas funções e será valorado através das menções qualitativas de Apto e Não Apto.-----

Sexto: A ordenação final dos candidatos será expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas e resulta da aplicação da seguinte fórmula final: -----

OF = 100% PC e AP=Apto e MSF=Apto-----

OF = 60% AC + 40% EAC e MSF=Apto-----

Legenda: OF - Ordenação Final; PC - Prova de Conhecimentos; AC - Avaliação Curricular; AP - Avaliação Psicológica; EAC - Entrevista de Avaliação de Competências; MSF - Método de Seleção Facultativo (Exame Médico)-----

Em caso de igualdade de valoração entre candidatos, os critérios de preferência a adotar serão os previstos no art.º 24.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, nomeadamente: -----

1.º Trabalhador que se encontre na situação prevista no n.º 1 do artigo 66.º da LTFP; -----

2.º Trabalhador que se encontre em outras situações configuradas como preferenciais por Lei. -----

A ordenação dos candidatos que se encontrem em igualdade de valoração e em situação não configurada pela Lei como preferencial é efetuada, de forma decrescente: -----

a) Em função da valoração obtida no primeiro método de seleção; -----

b) Subsistindo o empate, será valorado o candidato residente no concelho e ou conhecimento de língua(s) estrangeira(s). -----

Sétimo: Nos termos do n.º 3 do art.º 3º do Decreto-Lei nº 29/2001, de 3 de fevereiro, o candidato com



Município de Lagoa – Algarve
Câmara Municipal

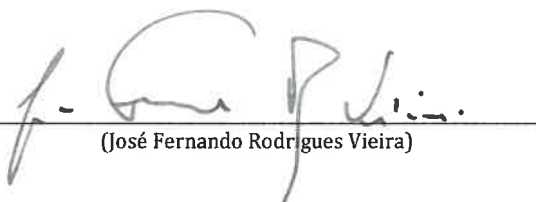
deficiência que se enquadre nas circunstâncias e situações descritas no n.º 1 do art.º 2.º da Lei n.º 9/89, de 2 de maio, tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.-----

E, por nada mais haver a tratar, foi encerrada a reunião, pelas dezasseis e trinta minutos, da qual para constar, se lavrou a presente Ata, que vai ser lida e assinada por todos os elementos do Júri. -----

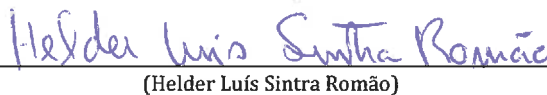
Lagoa, 22 de novembro de 2023

O Júri,

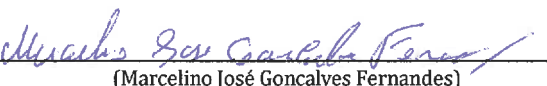
O Presidente do Júri: _____


(José Fernando Rodrigues Vieira)

O Primeiro Vogal Efetivo: _____


(Helder Luís Sintra Romão)

O Segundo Vogal Efetivo: _____


(Marcelino José Gonçalves Fernandes)